

Ascensão e consolidação da Frente Ampla no Uruguai: um balanço do governo de José Mujica (2010-2015)

Décio Fernando Moraes Ferrari¹
Rosana Kátia Nazzari²

Área temática: II. Política comparada

Resumo: Ao chegar ao poder em 2010, José Mujica, ex-guerrilheiro *tupamaro* representa para o Uruguai o segundo mandato da *Frente Amplio* (FA) na presidência uruguaia, como sucessor de Tabaré Vázquez. A FA, principal coalizão de esquerda no país marcou em 2005 um fato histórico ao quebrar o bipartidarismo e eleger o primeiro presidente de esquerda no país. Ao longo de seu mandato (2010-2015), Mujica ganhou visibilidade por seu modo de vida austero e trouxe ainda notoriedade ao pequeno país sul americano. Dentre os principais programas sociais tecidos por Mujica estão a descriminalização do aborto, a regulamentação da *Cannabis* psicoativo e a ampliação de moradias populares. No governo de Mujica observa-se uma busca em manter os equilíbrios macroeconômicos e o grande crescimento social iniciado anteriormente. O projeto *frenteamplista* tecido por Mujica surge para fazer frente a um programa de governo que busca a reforma do Estado e ampliação das políticas públicas. Para a fundamentação teórica serão utilizadas as contribuições de Norberto Bobbio (1995), Gerardo Caetano (2010), Guillermo O'Donnell (2011), dentre outras. O objetivo deste trabalho é traçar um panorama da trajetória da Frente Ampla no Uruguai, bem como as principais realizações de José Mujica durante seu mandato no campo social, econômico e as medidas de integração regional.

Palavras-chave: José Mujica. *Frente Amplio* (FA). Política comparada.

INTRODUÇÃO

A ascensão de uma figura política como a de José Mujica no contexto e local onde surgiu é algo no mínimo curioso. O ex-*tupamaro*, que passou pelo Parlamento, Senado e pela secretaria de Agricultura, consolidou-se como um mandatário de atitudes e destaque ímpar no contexto sul-americano.

As ações de Mujica durante seu mandato presidencial (2010-2015) acabaram por atrair a atenção da mídia internacional, onde este tornou-se o político uruguaio mais conhecido a nível mundial na história recente do Uruguai.

O austero modo de vida, as declarações humanistas em eventos e entrevistas e o apoio a projetos polêmicos, mas tão carentes de debate no continente, foram os principais responsáveis por essa notoriedade recebida pelo ex-presidente Uruguaio. Reportagens sobre

¹ Mestrando em Ciências Sociais, vinculado a linha de Democracia e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Trabalho desenvolvido com apoio financeiro da CAPES/Fundação Araucária. E-mail: ferrarifernando@live.com.

² Pós-doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pesquisadora, Docente Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: knazzari@hotmail.com.

Mujica e sua forma de vida foram difundidas nos mais variados meios de comunicação em diversos países, embora que internamente a gestão do *frenteamplista* tenha recebido duras críticas devido a não solução do problema da violência urbana do país.

Enquanto a oposição se mostrava consistente, Mujica disseminou sua preocupação com a atual sociedade de consumo e seus impactos para o meio ambiente. Mujica, que é florista por profissão, é desapegado de bens materiais, abdicando de boa parte das pompas presidenciais e doando cerca de 90% de seu salário a entidades e programas sociais.

Esta vivência da prática foi a principal responsável pelo interesse inicial na figura de Mujica, observado principalmente nos anos iniciais de governo e que deu ao *ex-tupamaro* força política para apoiar e aprovar a descriminalização do aborto, o casamento igualitário e a regulamentação da *Cannabis*, sendo este último um projeto inédito a nível mundial.

Mujica vem para fazer jus ao passado vanguardista do Uruguai nas questões sociais e na própria democracia, sendo estes os dois principais fatores que possibilitaram a Mujica a aprovação destas leis.

O país que possui um dos sistemas partidários mais antigos do mundo, comparável ao sistema britânico, é assim uma das democracias mais antigas do continente. Algumas medidas universalizantes tomadas no século passado – como a instalação do Estado de bem-estar social e a ampliação da democracia participativa – acabaram por consolidar a democracia no país. Essa democracia é fundamentada na representação, que resulta ainda em um dos países com uma ampla confiabilidade na democracia por parte da população e na política de um modo geral.

O processo de construção democrática no Uruguai tem como característica primordial uma identificação da população com o Estado enquanto entidade democrática, não opressora e detentora de poder. Esse fator por ser justificado pela rápida ascensão e consolidação de um sistema democrático pós-independência, que, salvo isolados momentos (1933 e 1973) esteve vigente no país.

Ainda que membro de um movimento guerrilheiro nas décadas de 1960 e 1970 e tendo ficado 13 anos em cárcere, Mujica é democrático, e defende esta como melhor forma de governo para o país. Com a saída do cárcere e com o fim da ditadura, Mujica iniciou sua militância política junto a Frente Ampla (FA) apegado a ideais que defendia desde a juventude.

Assim como Mujica a FA também teve suas atividades interrompidas durante a ditadura. A coalizão partidária que teve suas ações iniciadas em 1971, as teve proibidas durante a ditadura e só retornou ao cenário político em 1985, onde conquista seu primeiro grande cargo, a prefeitura de Montevideú. A partir daquele momento a coalizão passa a ter uma ampla representatividade e inicia seu processo de consolidação partidária. Em 2005, ao colocar no poder Tabaré Vázquez a FA acaba por romper no plano executivo com o tradicional bipartidarismo uruguaio e caracterizando-se como o primeiro partido de esquerda ao chegar ao poder do país.

Exposto isso, tentaremos analisar as principais realizações de Mujica enquanto presidente, bem como a conjuntura política do país que acabou por contribuir para a popularidade de Mujica junto a mídia internacional.

1. A ASCENSÃO DA FRENTE AMPLA (FA)

1.1. Do bipartidarismo ao multipartidarismo moderado

Por tratar-se de uma democracia predominantemente pautada na representatividade, este modelo acabou por contribuir com a história política uruguaia desde sua origem. Este

modelo contribui para a solução de múltiplos problemas econômicos e sociais em épocas autoritárias e de crises.

Guilherme O'Donnell (2011, p. 43-44), idealizador do conceito de democracia delegativa e crítico do modelo exclusivamente representativo, defende que a democracia em si é aprofundada pela participação efetiva do “agente”, onde o indivíduo acaba por não ser parte apenas como eleitor em um processo democrático, mas também uma peça fundamental com suas refletivas particularidades. Na visão do autor, o agente é o indivíduo que possui a razão prática e o discernimento moral, utilizando assim sua capacidade intelectual para a tomada de decisões em uma situação ou objeto, sendo assim, este é um melhor juiz do que o próprio indivíduo visto apenas como eleitor.

No caso uruguaio, após a conquista de sua independência, o país desenvolveu um sistema democrático equivalente ao modelo consensual. Nesse modelo, mesmo que em uma sociedade heterogênea como é o caso da uruguaia, essa definição de democracia torna-se fundamental para a compreensão do sistema partidário uruguaio (LIJPHART, 2011).

Tal sistema é bem definido pois está pautado como uma alternativa ao modelo exclusivamente majoritário de democracia, dando assim subsídio para o funcionamento do extinto bipartidarismo³. Chasqueti e Buquet (2004, p. 229) afirmam que “a democracia se estabeleceu no Uruguai por consenso e a engenharia institucional estabeleceu a regra do consenso como fundamento básico da convivência democrática”. Os partidos tradicionais alternaram o poder de forma equilibrada durante boa parte da vida democrática do país e a FA só entra no jogo político as vésperas do Golpe de Estado.

Esse sistema partidário antigo e bem estruturado, possibilitou à democracia uruguaia altas taxas de confiabilidade e grande autonomia no processo democrático e no processo político de um modo geral. De acordo com a senadora e pesquisadora uruguaia Constanza Moreira (2004), ainda que o sistema partidário seja central na cultura democrática uruguaia, esta alta confiabilidade e envolvimento por parte da população na política esteve em declínio nas últimas décadas.

Este declínio é resultado de uma soma de diversos fatores. Dentre tais fatores para essa queda no envolvimento político, os principais deles seriam, de acordo com a autora: a) a descrença na democracia pós-ditadura; b) a ausência de transformações mais profundas pelos governos pós-redemocratização e c) a não solução pelos governos pós-ditadura em dos principais problemas enfrentados pelo país.

A relação bipartidária e em suma pacífica entre os partidos tradicionais, estabeleceu-se ainda no início do século XX como consequência de eventos bélicos internos, criando uma divisão política e ideológica entre a zona urbana e a rural. Mesmo que o país tenha vivenciado o surgimento de partidos políticos em períodos anteriores ao surgimento da FA, a relação bipartidária no Uruguai só fora rompida em 1971, com sua criação.

A FA hoje é a principal representante da esquerda no país. Embora que a esquerda uruguaia tenha adquirido força eleitoral ainda na década de 1950, não teve, naquele momento, capital político efetivo para a chegada ao poder, visto que nas eleições da época não obtivera

³ Ainda que muitos autores utilizem o conceito de bipartidarismo aplicado no caso uruguaio, se analisadas as contribuições das teorias de Giovanni Sartori (1985) e Maurice Duverger (1980), a respeito do tema, observa-se que o país vivenciou um bipartidarismo polarizado somente até 1966, quando apenas os partidos tradicionais imperavam sobre o sistema político do país, realizando uma alternância no poder nas diversas esferas. Sartori afirma que para que um caso específico seja denominado bipartidário, quatro importantes fatores devem ser considerados, sendo eles: a) que dois partidos estejam em condições de competir pela maioria do eleitorado e as cadeiras; b) que um dos partidos consiga a maioria majoritária; c) que ocorra a alternância do poder; d) que este seja um governo que administre por tempo determinado. Em uma outra definição, Duverger define como bipartidário um sistema em que dois partidos conotem a maior parte do eleitorado, não dependendo da existência de multipartidos.

mais que 10% dos votos. Os movimentos e grupos de esquerda, estiveram, naquele momento, seja via partido político ou movimentos de guerrilha, influenciados de um modo geral com os eventos externos, decorrentes do sistema soviético e principalmente do sucesso do caso cubano.

Foi nesse contexto que surgiu a Frente Amplio (FA) as vésperas do golpe de Estado. Os objetivos da FA naquele momento eram de romper com o bipartidarismo político, apresentando-se como uma alternativa aos partidos tradicionais e iniciar assim um multipartidário moderado.

O surgimento da FA explica-se no contexto em que ocorreu, pois o partido surge justamente como uma alternativa heterogênea aos partidos tradicionais, visto que angariou membros de distintas correntes ideológicas, formando assim uma coalizão com suas particularidades e divisões ideológicas. Na década de 1970, a coalizão encontrou um espaço político independente, ou seja, membros e eleitores que não se identificavam com as duas forças políticas existentes naquele momento. Esse espaço vazio é consequência do período pós-guerra, onde naquele instante o país iniciou a formação de seu terceiro partido, caminhando então para o multipartidarismo (MOREIRA, 2004).

A surgimento da FA no contexto em que foi fundada, como uma coalizão formada por grupos de distintas ideologias da esquerda uruguaia, é resultado da crise estrutural do sistema político e partidário uruguaio, bem como de suas reformas experimentadas naquele momento, como a inclusão do voto obrigatório.

Após o seu surgimento, a FA acabou por constituir um espaço orgânico para a confluência de diversas forças políticas e sociais, que naquele momento estavam preocupadas com a deterioração das instituições democráticas e o declínio nos índices sociais e econômicos, índices esses que o país havia se destacado no século anterior.

Embora que surgisse no período pré-ditadura, a efetiva consolidação da FA somente ocorreu no momento em que “a conjuntura histórica lhe permitiu e quando houve vontade estratégica e capacidade política para fazê-la”, sendo isso após o término da ditadura. Até o surgimento da FA, a ideia de um partido de esquerda não era mais que um sonho da militância política, uma vez que o cenário político não lhe permitia outra alternativa a não ser a clandestinidade (CHAVEZ, 2004).

Com efeito, os grupos angariados pela FA no denominado “vazio político” eram pessoas que não se contentavam com os resultados apresentados pelos partidos tradicionais nos governos tecidos até ali, propondo uma clara oposição ao bipartidarismo. O caminho percorrido pela FA a partir de 1971 acabou por tornar o partido a principal coalizão partidária do país. A fracionalização partidária foi o que acabou por tornar-se o principal fator deste processo de ascensão e de consolidação política pelo qual a coalizão veio passando ao longo dos anos (MOREIRA, 2004, p. 29).

Vários autores defendem que ao longo de sua história a FA passou por um processo de *tradicionalização*, tornando-se assim um partido tradicional, juntamente com o *Partido Blanco* e o *Partido Colorado*. Rosario Queirolo (1999, p. 106), defende que esta expressão, quando analisada sob a óptica do caso *frenteamplista* acaba por apresentar três significados distintos.

O primeiro está relacionado à própria *tradicionalização* política, como o uso de símbolos e referenciais históricos, que acabam por formar a identidade da FA. O segundo é equivalente ao surgimento das famílias militantes do partido, onde pais e filhos seguem votando na coalizão ao longo dos anos. O terceiro e último, muito utilizado por lideranças políticas e cientistas políticos, é referente à aproximação ideológica que a FA desenvolveu dos ideais do *Partido Blanco* e do *Partido Colorado*.

Porém, é importante ressaltar que a análise da FA realizada por Queirolo apresenta uma FA na década de 1990, que vinha desde o retorno à democracia – sem sucesso – tentando sua chegada ao poder executivo. Queirolo ainda destaca que alguns meios de comunicação e periódicos da esquerda mais radical tratam tal *tradicionalização* de forma negativa, simplificando o processo de construção partidária vivenciado pela FA a uma transformação da coalizão em apenas mais um partido, descartando assim suas peculiaridades e suas bases pragmáticas.

Na redemocratização, já com o fim da ditadura, a FA saiu da ilegalidade com força tal qual nenhum outro partido tivera naquele período. Embora que seus eleitores estivessem concentrados na área urbana, o crescimento no campo foi gradativo e teve seu auge nas eleições de 2004. Nos anos seguintes a ditadura, a FA conquistou seu primeiro grande governo ao eleger Tabaré Vázquez como prefeito de Montevidéu, onde o partido já vem administrando a cidade a mais de duas décadas e abriu o caminho para as outras esferas políticas (FERRARI, 2014, p. 26).

Após esse período a FA se consolida enquanto partido político e elege Tabaré Vázquez à presidência em 2004, abrindo assim o caminho para que Mujica ocupasse tal cargo em 2010. O caminho político percorrido pela FA foi basicamente de enfrentamento político direto e críticas aos partidos tradicionais, configurando-se assim como forte oposição de esquerda.

Como observado por Norberto Bobbio (1995), é a esquerda que historicamente teve como papel promover a igualdade e outras mudanças sociais. Embora que, como analisado pelo próprio autor e outros cientistas políticos, o conceito de igualdade em si é amplo e não tem matriz histórica para ser definido como exclusividade da direita ou da esquerda, sendo esta última a que acaba por colocar em sua agenda as lutas sociais por questões igualitárias mais comumente. Assim, a contribuição de Bobbio é válida para diferenciar a “velha” da “nova” esquerda latino-americana, ou ainda, a esquerda antes e depois da queda da URSS.

A FA, juntamente com alguns outros partidos atualmente no poder de algumas nações latino-americanas representam essa nova esquerda.

1.2. As eleições de 2010 e a chegada de Mujica à Presidência

Ainda na juventude, Mujica viu-se atraído pelas lutas sociais em seu país e pela forte presença política em sua família. Tendo ficado órfão de pai na infância e tendo que trabalhar desde muito cedo para ajudar a mãe com as despesas, Mujica acabou por sofrer forte influência de seu avô materno, Antonio Cordano. Cordano foi vereador pelo Partido Blanco nos tempos de Luis Alberto Herrera e com ele Mujica desenvolveu o gosto pela terra e pela leitura (RABUFFETTI, 2015, p. 50).

Na década de 1960, Mujica foi membro MLN-T, principal grupo de guerrilha do país, que travou até 1972 uma luta contra a concentração de renda e as desigualdades sociais dentro do país, mas sem visar a tomada do poder.

O modelo de sociedade que os *tupamaros* almejavam para o futuro do país era imaginada como uma negação da já existente, ainda que naquele momento estivessem mais claros e estabelecidos os aspectos do que não se desejava produzir do que propostas efetivas. Alguns testemunhos e documentos da época falavam do estabelecimento de um sistema socialista em termos gerais, porém excluíam a possibilidade da implantação de um regime do tipo soviético, buscando algo semelhante ao caso cubano (ALDRIGHI, 2001, p. 97).

Do ponto de vista político, Mujica só deu início a sua carreira na década de 1990, quando foi eleito deputado e já estava fora do cárcere ao qual foi submetido entre 1972 e 1985. Após esse cargo, acabou por ocupar uma série de outros postos políticos desde então,

sendo eles: Senador em 1999, Ministro da Agricultura, Pesca e Pecuária em 2005 e Presidente da República em 2009.

A experiência prévia de Mujica fez com que almejasse a cadeira presidencial, disputando assim as eleições em 2009. A candidatura de Mujica representa ao MLN-T um fato histórico, pois antes nenhum membro havia participado de eleições presidenciais.

O Uruguai encontrado por Mujica em 2010 vivenciava um período de crescimento econômico, como resultado das ações de Vázquez nas relações internacionais, que tiveram como foco ampliar o mercado consumidor do país.

No ano de 2008, quando a popularidade de Mujica já estava consolidada, sendo resultado de seus cargos anteriores, este renuncia ao cargo de ministro e dá os primeiros passos para sua caminhada rumo a presidência da República.

Naquele ano, muito questionou-se sobre a candidatura de Mujica. Alguns passaram a disseminar uma ideia oposta ao caminho político escolhido pelo *ex-tupamaro* naquele momento. Vários destes argumentos apontavam que ele não estaria apto para o cargo, pois caracterizava-se mais como um dirigente de massas, não um chefe político, como afirmou por inúmeras vezes Ernesto Agazzi.

Já o também *ex-tupamaro* Julio Merenales, que é fundador e representante da ala mais tradicional do MLN-T, afirmava que Mujica não poderia ser presidente, uma vez que o cargo exigia ações e medidas na qual um verdadeiro *tupamaro* não poderia se submeter.

Para outros, o temor naquele momento era referente ao passado guerrilheiro de Mujica. Já outros, estes membros da FA, acreditavam que esse passado pudesse interferir negativamente na angariação de votos para a coalizão. Este receio era consequência direta dos resultados em eleições passadas, quando o passado *ex-guerrilheiro* dos candidatos era levantado e colocado pela mídia e pela oposição de forma negativa (ISRAEL, 2010, p. 130-131).

Oficialmente, a candidatura de Mujica foi declarada apenas no fim de 2008, após várias consultas populares e tendo sido resultado de um acordo inédito entre o MPP e o PCU (Partido Comunista Uruguaio), onde este último abriu mão de apresentar Constanza Moreira como pré-candidata e decidiu por apoiar Mujica.

Em 2009, após várias reuniões de opinião e conversas informais, Mujica foi indicado pelo MPP para participar da eleição interna da FA, tendo naquele momento Danilo Astori como seu maior concorrente e que posteriormente seria vice-presidente de Mujica. Após a vitória interna, Mujica inicia então sua campanha eleitoral a nível nacional, sendo esta marcada por longas visitas de Mujica ao interior do país, dialogando com a população e expondo suas propostas, colocando ali em prática suas características carismáticas e de bom ouvinte.

Nas eleições nacionais de 2009, os partidos tradicionais investiram fortemente em suas campanhas, buscando recuperar os votos perdidos nas eleições anteriores, enquanto a FA tinha a seu favor a maioria no Senado, no Parlamento e o representante do Executivo. Nestas eleições, além de Mujica, indicado como candidato pela FA, o *Partido Colorado* indicou a figura de Pedro Bordaberry para a presidência, enquanto o *Partido Blanco* indicou Luis Lacalle.

Ambos os presidencialáveis já possuíam uma experiência política prévia. Enquanto Mujica já havia passado pelo Senado e pelo Parlamento, Pedro Bordaberry era presidente do Partido Colorado e filho do *ex-presidente* Juan María Bordaberry e Lacalle havia ocupado a cadeira presidencial de 1990 a 1995. A vantagem que Mujica apresentava sobre os demais era a de seu partido estar naquele momento no poder presidencial.

No primeiro turno, em outubro de 2009, Mujica obteve 48% dos votos contra 28% de Lacalle, o segundo colocado. Embora com uma alta porcentagem, tais votos não foram

suficientes para a vitória em primeiro turno. No segundo turno, os partidos tradicionais aliaram-se numa tentativa de desencorajar o voto na FA. A estratégia para este objetivo foi levantar o passado *tupamaro* de Mujica e o colocar com uma à democracia. Nesse momento de campanha, Vázquez ainda apareceu algumas vezes junto à Mujica e Astori numa tentativa de consolidar o eleitorado *frenteamplista* ainda receoso com a nova chapa do partido.

Porém, mesmo com a campanha anti-Mujica dos partidos tradicionais, os resultados para o segundo turno foram positivos e “Pepe” obteve 52% dos votos, contra 43% de Lacalle, dados esses que deram a Mujica a presidência e garantiram mais cinco anos de governo para a FA no governo uruguaio.

Logo após a vitória, Mujica deu declarações à imprensa como forma de agradecimento e de que gostaria de um governo com a participação de todos, iniciando assim sua consolidação no poder. Logo de início se esperava que Mujica trilhasse uma linha semelhante à de Vázquez com “ênfase no combate à pobreza e exclusão social que caracterizou a primeira administração *frenteamplista*” (GARCE, 2010, p.14).

Durante a campanha presidencial, de fato Mujica prometeu em seu plano de governo manter a linha *frenteamplista* seguida por Vázquez e este discurso foi visto como algo positivo. Mujica prometia aprofundar tais programas dentro de uma estratégia ampla de desenvolvimento nacional com prioridade para a educação.

As primeiras realizações no governo de Mujica começaram com projetos sociais, combatendo a pobreza e investindo em educação. Logo em suas primeiras declarações Mujica ganhou destaque internacional com sua proposta de que doaria 90% de seu salário – de um total equivalente R\$ 25 mil - à ONG’s e entidades necessitadas e declarou que os 10% que lhe sobram são suficientes, uma vez que muitos uruguaios vivem com muito menos que isso.

Outras declarações, como foi o caso da Rio+20, onde deixou todos emocionados com seu discurso, onde o ponto alto foi seu questionamento: “estamos governando a globalização, ou é a globalização que nos governa? É possível falar de solidariedade e que estamos todos juntos, em uma economia baseada na concorrência impiedosa? Até onde chega nossa fraternidade? O homem não governa hoje. O modo de vida de Mujica é bem peculiar, se comparado aos demais líderes mundiais, pois cultiva hábitos simples, dirige seu Fusca 1987 e vive sem os regalos que o cargo pode oferecer.

A mídia internacional atribuiu a Mujica o título de ‘presidente mais pobre do mundo’, o que ele logo rebate com seus argumentos socialistas, como o declarado durante sua campanha presidencial em 2009, onde segundo Mujica “temos de escapar da escravidão que impõe a dependência material, que é uma das coisas que mais roubam tempo na sociedade contemporânea. Se você se deixa arrastar pelas pressões da sociedade de consumo, não existe dinheiro que alcance, não tem fim, é infinito”.

2. O GOVERNO DE JOSÉ MUJICA

2.1. A austeridade e a notoriedade recebida pela mídia

Mujica vive na mesma fazenda que vivera antes de ser eleito presidente e nas horas vagas continua agricultor e florista. Estas e outras atitudes fazem com que Mujica tenha um método de governo híbrido, não só na América Latina, mas a nível mundial.

Logo no início de seu mandato Mujica destacou a importância de desenvolver áreas prioritárias do país e ampliar sua participação no mercado mundial.

Embora o austero modo de vida de Mujica tenha sido apresentado ao mundo apenas em 2010, quando o então presidente passou a receber dezenas de jornalistas em sua casa, os uruguaios já o conheciam de longa data. Para a população celeste, o Mujica político foi

apresentado ainda na década de 1990, quando o então deputado ‘Pepe’ passa a se deslocar para o trabalho vestindo um casaco de lã rústica e sempre com os cabelos e barba a fazer.

Já naquele momento a figura de Mujica tornou-se objeto de interesse de muitos uruguaios, onde as primeiras publicações sobre seu estilo de vida e a militância junto ao MLN-T foram produzidas.

De acordo com Sergio Israel (2010, p. 14) a notoriedade pública recebida por Mujica, bem como sua eleição em 1994, é resultado de um evento inusitado. Neste evento, ocorrido na década de 1990, Mujica embarcara num ônibus trajando uma placa pendurada ao pescoço contra a lei que estava em votação no Senado e previa a privatização do setor de UTEs (Usinas de Transmissões Elétricas). Daquele período em diante Mujica passa a receber a atenção da mídia e do público de um modo geral, onde essa notoriedade teve seu ápice logo nas primeiras declarações enquanto presidente.

Pensar no “Mujica presidente”, ou mesmo no “Mujica político” é pensar em um indivíduo que tem toda sua vida política e ações influenciadas por sua experiência prévia, seja ela no MLN-T, na infância ou no trabalho com a terra. Analisar estes fatos é algo determinante para compreender o período ao qual Mujica esteve à frente do cargo de presidente da República e também a atenção que recebeu da mídia ao ocupar aquele cargo.

Somado aos fatores acima citados, a própria história política do país acaba por influenciar o velho ‘Pepe’. Exposto isso, analisaremos como a história nacional pode ter contribuído para a configuração do Mujica político. Nessa análise atentaremos para três fatores: o batllismo, o forte vínculo do país com a democracia e o caudilhismo.

O batllismo é observado no país no início do século XX (1904 a 1919), quando Jorge Batlle y Ordóñez assume o poder e instaura uma série de reformas baseadas em um Estado forte e burocratizado, que acabam por colocar o país em um intenso crescimento social e econômico. Este período é basicamente marcado por “uma crescente intervenção do Estado na atividade econômica, marcada pelo propósito de gerar uma situação de equilíbrio social e mesocracia”, sendo assim o grande trunfo do crescimento uruguaio no início do século passado (RABUFFETTI, 2015, p. 122).

De acordo com Gerardo Caetano (2010, p. 56) o batllismo lança as bases da democracia e da política moderna no Uruguai pois ele se baseava em ideais igualitários e de liberdade. A própria formação étnica do país, basicamente composto por imigrantes, afirma essa relação entre os dois termos, resultando em uma sociedade onde ‘*naiides* é mais que *naiides*’⁴.

Este fator é determinante de um modo geral na política moderna uruguaia e assim afeta diretamente Mujica. Porém, é importante ressaltar que Mujica e Batlle nem tanto tem em comum, exceto pelo dom da comunicação e de convencer grandes multidões.

Enquanto Batlle via nesse Estado forte a solução para os problemas do país naquele momento, Mujica não se atem muito as burocracias presentes nesse Estado. Na visão do *ex-tupamaro*, esse Estado burocratizado é um Estado voltado para o desenvolvimento do capitalismo, que na sua visão é o responsável por grande parte dos problemas econômicos, sociais e ambientais de nossos tempos.

O segundo fator, a forte relação do Uruguai com a democracia, acabou por construir uma relação de confiabilidade política no país, que consolidou muitos dos ideais oriundos do batllismo. Essa relação acaba ainda por influenciar na conjuntura política moderna do país pois a desenvolve e contribui para a consolidação da democracia pós-1985.

Embora que Mujica tenha participado de um movimento armado durante sua juventude, lutando contra um regime então democrático, após o período em cárcere passou a

⁴ Segundo o autor, a expressão é utilizada no interior do país para representar o igualitarismo construído socialmente no país ao longo de sua história, onde em um país de imigrantes ‘ninguém é melhor que ninguém’,

ver a democracia como a melhor forma de governo para o país e iniciando assim sua escalada política na próxima década. Após a saída da prisão, o caminho de Mujica – e dos *tupamaros* de um modo geral – foi direcionado à democracia.

Por fim, é importante analisar as características caudilhistas presentes em Mujica. O Mujica caudilho, como define Rabuffetti (2015, p. 125), é desta forma denominado devido ao seu alto carisma e sua popularidade – principalmente fora do país -, resultado assim em ‘caudilho moderno’, com alta capacidade de comunicação, de se fazer ouvir e de escutar. Outra característica do Mujica caudilho é a aplicação de seus ideais na prática, como a doação de boa parte de seu salário durante todo o período em que ocupou o cargo de presidente. Na análise de Rabuffetti, tal como um caudilho tradicionalmente uruguaio, Mujica representa notadamente a idiosincrasia uruguaia.

Porém, a análise de Rabuffetti é uma das poucas que classifica Mujica como caudilho. Diferentemente da maioria dos líderes políticos que surgem na América Latina com características carismáticas, de um modo geral Mujica não foi visto por cientistas políticos e historiadores como demagógico, populista ou caudilhista.

Essas três referências, muito utilizadas pelos meios de comunicação e pela própria academia, tem profundo significado histórico no continente. A exceção na qual se torna Mujica pode ser vista por dois fatores.

O primeiro deles seria pelo governo de Mujica ter um forte respaldo da mídia internacional, que passou a ver o presidente como humanista após a declaração, ainda em 2010 de que doaria a maior parte de seu salário para questões sociais.

O segundo pode ser lembrado do ponto de vista da criação dos projetos polêmicos de leis, que ao mesmo tempo que atraem a atenção da mídia, acabam por ser duramente criticados, demonstrando a não preocupação de Mujica com sua imagem, onde os problemas do Estado foram classificados em primeira instância.

Todos esses fatores acabam por formar o Mujica político, que em meio ao austero modo de vida, as declarações polêmicas e emotivas, acabou por despertar o interesse dos mais variados públicos. Esse interesse é resultado de uma série de situações. Alguns interessam-se por Mujica simplesmente pela sua austeridade, outros para averiguar o seu perfil político, por pura curiosidade e há ainda outros que buscam compreender o político que foge das pompas que cercam os governantes, tornando-os, embora que eleitos democraticamente, sujeitos detentores de um status social semelhante a um “deus”.

Como resultado da experiência política prévia e dos fatores acima expostos, nota-se que em suma a gestão de Mujica obteve amplo destaque no cenário internacional, visto que a figura de ‘Pepe’ ganhou popularidade tal qual nenhum político uruguaio contemporâneo obtivera anteriormente. A popularidade de Mujica é resultado de uma gama de fatores. Dentre os principais, podemos destacar seu estilo de vida austero, que logo após a posse renegou as regalias que o cargo ofereceria e continuou vivendo em sua chácara com a esposa e senadora Lucía Topolansky e a facilidade na oratória.

Nota-se nas ações do ex-*tupamaro* a presença de características próprias do líder carismático de Max Weber (2011). Ainda que o líder carismático, na definição do próprio Weber, raramente seria encontrando puramente nas sociedades modernas, muitas são as semelhanças entre tal definição e a postura de Mujica perante várias de suas ações. Algumas dessas ações seriam a virtude de condução e a afetividade desenvolvida através da proximidade.

O próprio apelido concedido à Mujica pela população uruguaia (Pepe) e a acessibilidade da qual ele fez questão durante seu mandato ainda são características carismáticas.

Assim se constrói o Mujica presidente, que o mundo conheceu a partir de 2010, trazendo a atenção para questões muitas vezes esquecidas pelos mandatários contemporâneos e colocando o Uruguai como o “centro das atenções” no cenário mundial. O pequeno país sul-americano, muitas vezes lembrado no cenário internacional pelo futebol, passa a ser destaque em questões contemporâneas, como a descriminalização do aborto e regulamentação da maconha, todas apoiadas por Mujica.

2.2. Os projetos polêmicos e o foco nas políticas públicas

A agenda governamental desenvolvida por Mujica foi em suma muito parecida com a de seu antecessor, (o também *frenteamplista* Tabaré Vázquez) mantendo assim como foco de governo as políticas sociais destinadas a saúde, a educação e a segurança. Segundo Cariboni e Moraes (2014), os anos iniciais de Mujica como mandatário enfrentaram dificuldades de aprovação de projetos por parte do legislativo, enquanto os três últimos anos de foram de aprovações satisfatórias de projetos propostos pelo Poder Executivo.

A experiência prévia de Mujica no Senado e no parlamento fez com que este, quando presidente, defendesse alguns programas que classificou como prioritários para seu plano de governo. Neste grupo de projetos destacam-se os ‘projetos polêmicos’, que acabaram por visar a segurança nacional, a liberdade individual e os direitos de grupos minoritários.

Durante sua gestão, Mujica levantou a discussão de alguns temas carentes de debate no cenário legislativo latino americano, tal como o casamento igualitário, a descriminalização do aborto e a regulamentação da maconha. Nesse contexto, Mujica consegue não apenas trazer estes temas para o centro de discussões do Senado, mas também aprovar normativas sobre tais temáticas, como resultado do fato de que a FA ocupa a maioria das cadeiras no Senado.

A aprovação de tais leis, pode ser justificada pelo caráter carismático e neopopulista de Mujica. Somadas a estas características, ainda destacam-se as suas amplas e profundas reflexões realizadas durante alguns discursos e eventos internacionais no qual participou durante a presidência. Estes eventos trouxeram à ‘Pepe’ uma notoriedade por parte da mídia internacional. Soma-se a esses fatores ainda o próprio modo de vida austero de Mujica, que é um dos grandes responsáveis pela popularidade do ex-*tupamaro* (FERRARI, 2014, p. 24).

No início de mandato Mujica buscou a aproximação regional, principalmente com o Brasil, a Venezuela e a Argentina. Uma das grandes realizações de Mujica durante seu mandato foi a criação de políticas públicas e sociais destinadas as minorias. Destas políticas sociais, três delas acabaram por receber uma atenção especial da mídia, sendo: a) o casamento igualitário; b) a descriminalização do aborto; e c) a regulamentação da maconha. Assim, analisaremos cada uma destas normativas, buscando identificar suas principais características e a sua relação com o ‘perfil político’ de Mujica.

A escolha por tais temáticas segue o modelo de criação de políticas públicas por *multiple streams*. Neste modelo, as políticas públicas são desenvolvidas em detrimento a necessidades de grupos específicos ou na ampliação de medidas que primem a abrangência de uma parte maior parte da população. No caso das três leis, Mujica alega que tratam-se apenas de uma resposta a realidade na qual o país passava naquele momento (KINGDON, 1995).

Em 2013, ao legislar sobre o casamento igualitário, o Uruguai dá o primeiro passo ao que alguns meios de comunicação têm chamado de ‘a contramão da América Latina’, para se referir ao conjunto de medidas progressistas que o país realizou nos últimos anos, sob o governo de Mujica. Além do Uruguai, somente a Argentina possui a união igualitária legalizada no Cone-Sul, tendo a aprovado em 2010.

Na conjuntura social e política do país, a normativa sobre este e outros temas é consequência de uma longa luta de movimentos sociais datada dos anos 1980. O principal objetivo do Senado - apoiado por Mujica - com esta normativa é regulamentar a questão da propriedade privada e todas ações civis decorrentes do casamento igualitário.

Em suma, a resistência observada em alguns países sul-americanos é consequência de um antigo debate no continente, onde muitas vezes a religião é associada ao casamento civil, levando a discussão sobre o tema para um patamar filosófico, dificultado assim sua legislação. Algo semelhante ocorre com a questão do aborto e da maconha. No caso uruguaio, embora que também exista uma resistência por parte de certos grupos da população, a tradição democrática e a efetiva laicidade do Estado foram fatores favoráveis para a aprovação das leis que visam a liberdade individual.

Na maioria dos casos, as políticas públicas destinadas à legalização da maconha, a descriminalização do aborto e ao casamento homoafetivo são muitas vezes vinculadas ao orçamento público ou à reputação de seus idealizadores, acarretando um vínculo entre o público e o privado.

Ainda que aprovada pelo Senado, vários foram os grupos opositores aos projetos. Alguns fortemente baseados em valores cristãos e na possível não efetividade de tais medidas, alegando que Mujica negligenciava o real problema da população: a segurança pública.

No que se refere ao aborto, o tema é visto por Mujica como um problema de saúde pública, que causa a morte de milhares de mulheres⁵ anualmente, resultado de abortos clandestinos. Até a aprovação da lei, em outubro de 2012, a questão era vista pelo Código Penal como um ato criminal.

No país o tema veio sendo pauta de intensos debates legislativos nas últimas três décadas e voltou a pauta do Senado em 2008. Porém, vale ressaltar que no passado (1934-1938), o país teve o aborto legalizado, ainda que não na complexidade da lei atual (nº 18.987). Naquele momento, a interrupção voluntária da gravidez passou a não ser considerada crime dentro do Código Penal, embora os critérios também fossem distintos dos da recente lei e o objetivo do governo também fosse distinto.

A atitude pioneira do governo uruguaio nesta questão também foi observada em outros momentos da história nacional e outras questões sociais. O vanguardismo do país nas questões sociais é antigo e pode ser constatado de diversas maneiras. A mais evidente data de meados do século passado, quando o país se torna o primeiro a permitir o divórcio por parte da mulher.

Ao legalizar o aborto em 2012 o Uruguai mantém o vanguardismo, visto que o único país que possui o aborto legalizado no continente é Cuba. No caso cubano, o aborto foi legalizado ainda na década de 1960, como resultado da Revolução Cubana.

No caso Uruguai, os princípios gerais da lei são de que:

O Estado garante o direito de reprodução consciente e responsável, reconhece o valor social da maternidade, tutela da vida humana e promove o exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos de toda a população, de acordo com o estabelecido na normativa. A interrupção voluntária da gestação não se constitui como um instrumento de controle de natalidade (URUGUAI, Lei nº 18.987, de 22 de outubro de 2012).

⁵ Estudos realizados por Sanseviero et al. em 2002, concluem que a média de abortos naquele ano era de cerca de 33.000. Para a obtenção dos dados os autores levaram em conta três tipos de dados: os relatórios dos nascidos vivos, altas hospitalares por questões que envolvam a interrupção da gravidez e dados de clínicas clandestinas para a realização da prática (SANSEVIERO, R., et al., 2011, p. 174)

Nesse sentido, a lei surge para revisar o Capítulo IV, artigos 325 e 325b do Código Penal Uruguaio, que antes da criação desta previa que “a mulher que causar seu aborto ou consenti-lo será punida com prisão de três a nove meses”, tal qual ocorreria com um terceiro envolvido que a tenha auxiliado, seja “com participação primária ou secundária será punido de seis a vinte quatro meses de prisão” (RETA, A.; GREZZI, O.; SALOM, C., 2011, p. 578).

Após a entrada da Lei nº 18.987 em vigor, a descriminalização do aborto passa a ser realizada por iniciativa da mulher, desde que o procedimento seja realizado anterior a 12ª semana de gestação. Após este período, se realizado o aborto, a pena prevista no Código Penal permanece. (URUGUAI, Lei nº 18.987, de 22 de outubro de 2012).

Ainda de acordo com a lei, todo e qualquer procedimento clínico destinado a interrupção da gravidez deve ser executado por um médico credenciado pelo Estado para tal finalidade. Assim, o Estado deverá se encarregar de encaminhar, antes do procedimento, a mulher a uma equipe interdisciplinar. Esta equipe, obrigatoriamente deverá ser composta por um psicológico, um assistente social e um ginecologista.

Nessa consulta prévia, a equipe deve expor a mulher as consequências do aborto e apresentar as alternativas a interrupção da gestação oferecidas pelo Estado, como os programas de auxílio financeiro e a possibilidade de continuar com a gestação e entregar a criança ao sistema de adoção. Somente após todas estas instâncias que o procedimento será realizado.

Vale ressaltar que a lei surge ainda como resultado de uma luta, decorrente de uma série de reivindicações de grupos feministas e ONG's desencadeadas nas últimas décadas. Estas manifestações foram ainda mais intensas a partir de 2008, quando o então presidente Tabaré Vázquez vetou um projeto de lei sobre o tema. No caso uruguaio, as três leis surgem de um projeto da FA, que visa o aprofundamento da participação democrática e das liberdades individuais.

No caso da regulamentação da maconha – termo este que o próprio Mujica defende, por não se tratar de uma legalização – o projeto de lei é algo inédito e torna o Uruguai o único país no mundo com a maconha regulamentada de forma tão complexa e assistida pelo Estado.

Na normativa, a variedade regulamentada é a conhecida como *Cannabis* psicoativo, sendo a variedade na qual planta encontra-se em sua florescência (não prensada, sendo também conhecida como *sissemilla*). Para uma maior efetividade e controle da lei, a espécie da planta é modificada geneticamente, visando assim evitar sua extrapolação fronteiriça.

Na lei, que fora promulgada em 20 de dezembro de 2013, seus objetivos são claros logo no artigo 1º. De acordo com a lei, seu objetivo primordial é: determinar a normativa jurídica aplicável a todo o processo de controle e regulação de toda cadeia produtiva da planta por parte do Estado. Essa fiscalização se aplica a importação, exportação, plantação, cultivo, colheita, produção, aquisição, armazenamento, comercialização, distribuição e uso da Marihuana. Após essa data, foi estabelecido um prazo de cento e vinte dias para a lei entrar em vigor (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014).

Mesmo com o prazo acima estabelecido já vencido, a lei vêm enfrentado grande dificuldade de aplicação, principalmente após a saída de Mujica da presidência. Parte desta dificuldade é consequência de uma resistência do setor farmacêutico em acordar a venda do produto e da pequena procura por registro junto ao órgão competente, embora que vários clubes cannábicos já tenham sido registrados.

Após a aprovação da lei, Mujica realizou uma série de entrevistas onde fez questão de esclarecer que a medida se tratava de uma regulamentação, não uma legalização, como vários meios de comunicação e a oposição insistiu em proferir. A lei surge como uma ferramenta direta de combate ao tráfico de drogas, como resposta a uma luta sem sucesso, travada tanto pelo país como por várias outras nações, ambas sem sucesso. A medida adota por Mujica no

combate ao tráfico foi ainda recomendada como objeto de estudo pela OEA (Organização dos Estados Americanos), que sugeriu que o caso uruguaio fosse observado com atenção.

No caso específico da regulamentação, a lei define o direito de compra, consumo e produção da Cannabis por pessoa física. Para este fim, o indivíduo deve adquiri-la em estabelecimentos que devem estar credenciados para tal finalidade.

O limite estabelecido de compra é de dez gramas semanais e não deve ultrapassar os quarenta gramas mensais, nunca podendo estar prensada.

Referente ao plantio, um limite também é determinado e o indivíduo deve estar devidamente cadastrado no órgão específico para tal finalidade. O IRCAA (Instituto de Regulação e Controle da Cannabis), surgiu exclusivamente para esta finalidade. O órgão coloca-se assim como responsável pelo credenciamento individual ou coletivo do comércio e da produção e consumo da Cannabis.

Cabe ainda ao IRCCA:

Promover e propor ações tendentes a reduzir os riscos e danos associados ao uso problemático da Cannabis, bem como fiscalizar o cumprimento das disposições contidas na lei e sua regulamentação, sem prejuízo das competências constitucionais e legais atribuídas a outros organismos ou entes públicos (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014).

De um modo geral, observa-se que a vanguarda uruguaia que fora destaque do país em outros momentos de sua história foi resgatada por Mujica. Esse ‘novo vanguardismo’ foi observado principalmente no campo das políticas públicas e sociais, sendo no caso específico da maconha um projeto ousado e inovador, que visa solucionar um antigo problema.

Ainda dentre os programas e projetos de Mujica, um dos que mais acabou por receber atenção a nível nacional do país foi o *I*. O programa se constitui como um projeto que visa a construção de moradias populares de forma comunitária, com uma verba oriunda do Poder Executivo e de doções do capital privado.

O *Plan Juntos* entra na agenda de governo de Mujica com o objetivo de reduzir a pobreza e a miséria, configurando-se ao lado dos ‘projetos polêmicos’ as principais realizações durante seu mandato.

O *Plan Juntos* vem somar-se a outras medidas criadas ainda na década de 1990, quando o país realizou suas reformas liberais visando reduzir os problemas sociais. As medidas tomadas após este período, incluindo a criação do *Plan Juntos* na gestão de Mujica, surgem numa tentativa – questionável por muitos – de se solucionar problemas crônicos, datados ainda de meados do século passado. No caso do Uruguai, a questão da falta de moradia é resultado do momento em que se observa o esfacelamento do Estado de bem-estar social e nota-se altas taxas de desemprego no país.

Concomitantemente a estes fatores a questão de falta de moradias passa a ser um problema social e político, somando-se ainda aos altos índices de pobreza evidenciados não só no Uruguai, mais em todo Cone Sul entre o fim da década de 1990 e início do século XXI.

É com esse pano de fundo histórico que Mujica cria o *Plan Juntos*, tirando a questão de moradia exclusivamente do *Ministerio de Vivienda*, pretendo assim realizar medidas universalizantes e emergenciais para solucionar o problema de falta de moradia que naquele momento afetava quase 80.000 famílias no país.

O funcionamento do *Plan Juntos* atua de modo a associar – juntamente a outros programas – o Estado, o mercado e a sociedade, buscando medidas de redução dos problemas em caráter emergencial. No momento em que foi criado o *Plan Juntos*, ele emerge como uma iniciativa política frente a inércia institucional, sendo justificado pelo então presidente como uma medida voltada à população mais carente. A aplicação do plano está focada em

Montevidéo e seus arredores, sendo destinado principalmente a famílias onde a mesma é sustentada por apenas um de seus membros (MAGRI, 2013, p. 139-140).

Na prática o *Plan Juntos* tem função institucional de intervenção em vários níveis, seja na construção de novas moradias, melhora das já existentes e realocação de áreas habitadas irregularmente. A contradição do programa está na origem dos fundos para tais moradias, uma vez que em sua lei fundacional os mecanismos indicados como fontes de origem da renda acabam por não ser suficientes para a totalidade da proposta do programa (MAGRI, 2013, p. 144).

A segunda fonte de renda do programa, oriunda de doações também não se mostrou muito efetiva nos primeiros anos. Ainda que o próprio Mujica tenha destinado boa parte de seu salário e patrimônio para o programa, tal forma de arrecadação acabou por não atrair muitos doadores.

O *Plan Juntos* acabou ainda por receber uma série de críticas aos seus resultados, seja pelo funcionamento do plano e sua dependência de outros órgãos ou ainda por seu forte caráter assistencialista.

Nas relações internacionais, Mujica deu dois passos grandiosamente humanitários, porém arriscados do ponto de geopolítico. Um deles foi o anúncio de que receberia em solo uruguaio alguns presos da precária prisão de Guantánamo. O outro foi a ideia de acolher algumas crianças sírias órfãs em consequência da guerra civil do país.

O primeiro evento recebeu maior destaque e se tornou rapidamente manchete no mundo todo, justamente pela amplitude daquela atitude. A prisão de Guantánamo em si, é, nada mais senão um presídio fora de solo americano, onde o governo destina seus presos considerados maiores ameaças ao país.

O problema é que, boa parte destes presos nem sequer foram julgados, ou indiciados, são apenas suspeitos de seus crimes e aguardam a anos este julgamento. Assim, Mujica, que esteve em cárcere treze anos, se voluntariou ao pedido de Obama para que algum país latino-americano acolhesse alguns destes presos. No caso do Uruguai – e único – foram destinados cinco presos, que entrariam no país na condição de refugiados (RABUFFETTI, 2015, p. 205).

Embora que a ação tenha sido extremamente humanitária, a oposição e membros de seu próprio partido teceram inúmeras críticas, que muitas vezes não eram sobre a atitude em si, mas sim pelo fato de ser um pedido dos Estados Unidos, representando assim o inverso da luta anti-imperialista iniciada pelo país em meados do século XX e tão defendida por Mujica tempos atrás, especialmente durante a militância no MLN-T.

O acolhimento das crianças sírias seguiu a mesma linha de críticas do evento de Guantánamo. Aproveitando o *boom* causado ao país e a sua própria figura, Mujica anuncia, no mesmo mês da aprovação da “lei da maconha”, esta medida. As crianças eram em suma órfãs como consequência da penosa guerra civil síria.

Porém, assim como no caso anterior, as críticas surgiram. E as mais intensas, mais uma vez, eram as dentro do próprio país. A maior parte destas críticas eram baseadas no fato de que alguns argumentavam que o presidente devia solucionar os problemas das crianças uruguaias, antes de tentar uma ação de tal magnitude.

Esse discurso era baseado no deteriorado sistema educacional, que salvo pelos investimentos no Plan Ceibal, que havia sido criado por Vázquez, pouco havia recebido atenção do mandatário. Outras críticas vinham pela própria distância geográfica entre os dois países, onde boa parte da população não sabia com clareza o que estava ocorrendo na Síria e assim não viam a necessidade de uma intervenção uruguaia.

Nos dois casos Mujica utilizou como argumento as questões humanitárias, a capacidade do país em dar subsídios nas duas situações, mas principalmente, reforçou ferreamente em seu programa de rádio o fato de que o país tivera no passado uma tradição de

acolher refugiados, porém esse sentimento histórico não repercutira na sociedade como um todo, e muitos atribuíram tais atitudes a uma tentativa de Mujica em angariar o Prêmio Nobel da Paz ao qual se cogitava que seria indicado naquele ano (RABUFFETTI, 2015, p. 211-213).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura de Mujica acabou por dar visibilidade ao Uruguai. O ex-presidente que tornou-se um fenômeno mundial por suas atitudes, acabou por destacar-se como uma figura símbolo de luta contra o mercado capitalista, suas disparidades e seu fracasso em solucionar os problemas sociais obstantes das sociedades contemporâneas.

O estilo de vida simples ao qual fez questão de apresentar a quem quer que fosse, deixou ainda em Mujica uma marca que acabou por ser difundida por grande parte da imprensa internacional: a de um presidente híbrido, que vivenciou uma guerrilha na juventude, uma democracia na vida adulta e tornou-se um indivíduo desapegado de bens materiais. Ainda que alguns no início vissem nas atitudes de Mujica ações de *marketing* político, o caráter extremamente democrático de Mujica e seus discursos humanitários acabaram por desviar a atenção da mídia do passado guerrilheiro consolidar sua luta junto a seus ideais.

Não obstante a própria figura de Mujica, os programas e leis tecidos durante seu mandato acabaram por dar ainda mais visibilidade ao país sul-americano, apresentando um novo Uruguai ao cenário mundial, marcado pelas grandes potências econômicas e sua influência no mercado.

Esse novo Uruguai que o mundo conheceu após 2010 mostrou-se um país fortemente ligado a democracia e percursos em muitas questões sociais que alguns vizinhos relutam ferreamente durante décadas.

Ao deixar a presidência em março de 2015, para o então eleito Tabaré Vázquez, Mujica deixa o cargo com um alto índice de aprovação, superior a 60%. Em suma, nota-se que o foco da gestão desenvolvida por Mujica foi o campo social, primando os valores defendidos desde os tempos da guerrilha *tupamara*.

Ainda que com os grandes avanços sociais, as críticas ao governo de Mujica surgiram de diversas perspectivas. Grande parte delas é resultado da negligência aos principais problemas apontados por boa parte da população, como a questão da segurança e educação. Mesmo que com investimentos em essas áreas, a curto prazo avanços não foram observados.

A adoção destas medidas e a ruptura com a resistência legislativa sobre a maconha, casamento igualitário e aborto acabam por ser os maiores legados de Mujica, ao menos fora do país. Estas medidas acabaram por trazer à tona temas que vem sendo reivindicados a décadas em muitos países do mundo e o Uruguai mais uma vez, dessa vez sob a administração de Mujica, na vanguarda.

Como legado desta gestão, ainda estão o foco destinado pelo presidente dos problemas contemporâneos e o capitalismo desenfreado, que acaba por marginalizar nações e povos. Ainda que o radicalismo de Mujica tenha ficado no passado, junto com os *tupamaros*, o seu governo acabou por realizar importantes realizações no das políticas públicas e sociais, onde Mujica deixa o cargo com cerca de 60% de aprovação. Este número só não é ainda maior provavelmente pelo fato de parte da população se opor ao projeto de governo de Mujica e a não solução durante seu governo do crescente problema da segurança no país.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, Clara. **La izquierda armada**: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CAETANO, Gerardo. “Naidés mas que naidés”: José Mujica como nuevo presidente uruguayo. **Umbralés de América del Sur**. Buenos Aires: maio-jul. de 2010, n. 10, pp, 55-62. Disponível em: <http://www.cepes.org.ar/downloads/umbralés/10/gerardo_caetano.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CARIBONI, Santiago L.; MORAES, Juan A. Uruguay 2013: un balance preelectoral. **Revista de Ciencia Política**, Montevideo: v. 34, n° 1, p. 293-313, 2014.

CHASQUETTI, Daniel; BUQUET, Daniel. La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso. **Revista Política**, Santiago: v. 42, p. 221-247, out., 2004.

CHAVEZ, Daniel. Del Frente Amplio a la Nueva Mayoría. La izquierda uruguayo ante la perspectiva del gobierno. In: BARRET, P. B.; GARAVITO, C. A. R.; CHAVEZ, D. **La nueva izquierda en América Latina**: Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

O'DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

FERRARI, Dércio F. M.. José Mujica: “o presidente tupamaro” - da luta armada às vias democráticas. **Revista Alamedas**, Toledo: v. 2, p. 19-36, dez., 2014.

GARCE, Adolfo. Uruguay 2009: de Tabaré Vázquez a José Mujica. **Revista Ciência Política**. (Santiago), Santiago, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718090X2010000200017&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 fev. 2015.

ISRAEL, Sergio. **Mujica**: El florista presidente. Montevideo: BUSQUEDA-Editorial Fin de Siglo, 2010.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Nova York: Addison-Wesley Educational Publishers Inc., 1995.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MAGRI, Altair Jesica. El Plan Juntos de Emergencia Habitacional en Uruguay: respuestas gubernamentales cuando el estado no alcanza sus metas. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, vol. 26, n. 32, p. 133-150, jul. 2013.

MOREIRA, Constanza. **Final de juego:** Del bipartidismo al triunfo de la izquierda en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado:** teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

QUEIROLO, Rosario. La “tradicionalización” del Frente Amplio: la conflictividad del proceso de cambio. In: GONZÁLEZ, L.E. **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio.** Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1999, p. 87-127.

RABUFFETTI, Mauricio. **Mujica** – a revolução tranquila. São Paulo: LeYa, 2015.

RETA, A.; GREZZI, O.; SALOM, C. **Código Penal de la República Oriental del Uruguay.** 8 ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2011.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SANSEVIERO, R.; ROSTAGNOL, S.; GUCHÍN, M.; MIGLIÓNICO, A. **Condena, tolerancia y negación:** el aborto en Uruguay. Montevideo: Universidad para la Paz, Naciones Unidas, 2003.

URUGUAI. Presidência da República Oriental do Uruguai. Lei nº 19.172, de 20 de outubro de 2012. **Interrupción Voluntaria del Embarazo.** Montevideo: Ministério da Saúde Pública, 2012.

URUGUAI. Presidência da República Oriental do Uruguai. Lei nº 18.987, de 20 de dezembro de 2013. **Reglamentación de la Marihuana.** Montevideo: Ministério da Saúde Pública, 2014.

WEBER, Max. **Ciência e política:** duas vocações. Cultrix: São Paulo, 2011.